

Letras GÓIS, Damião de (1502-1574)

Figura ímpar do Renascimento português, humanista, historiador e epistológrafo, viajante, diplomata e alto funcionário régio. Nasceu em Alenquer, filho de Rui Dias de Góis, fidalgo que servira o pai de D. Manuel, e de Isabel Gomes de Limi, descendente de comerciantes flamengos estabelecidos em Portugal. Entrou em 1511 como pajem de lança ao serviço no paço, onde cedo ganhou a amizade do jovem príncipe herdeiro, D. João (n. 1502). Órfão de pai em 1513, em 1518 recebia moradia como moço de câmara de D. Manuel. Morto este em Dezembro de 1521, o novo monarca, D. João III, enviou-o logo em 1523 para ocupar o lugar de secretário da feitoria de Antuérpia, quando Rui Fernandes de Almada foi nomeado seu feitor.

Entre 1523 e 1545, data do seu regresso definitivo a Portugal, e com excepção de uma breve estadia em 1533, Damião de Góis viveu fora do reino, cumprindo um destino que o fez ser, como diria muitos anos mais tarde, peregrino em muitas terras, adquirindo uma experiência de vida cosmopolita e multiforme.

Nessa Europa da fervilhação intelectual e humana e da diversidade, agora também religiosa, Góis desempenhou missões de carácter comercial e diplomático ao serviço da coroa e do rei, de Antuérpia a Dantzig, de Upsala a Lovaina, de Paris a Vilnius, de Estrasburgo a Cracóvia. Em 1529 estava na Polónia, onde D. João III o enviou para tentar o casamento do infante D. Luís com a filha do rei polaco Sigismundo I. Em 1531, depois de uma missão na corte da Dinamarca, de novo a caminho da Polónia, Damião de Góis passou por Wittemberg, onde conheceu Lutero e Melanchton.

Em 1533 regressou ao reino a pedido de D. João III. O regresso a Portugal do cosmopolita e já prestigiado Damião de Góis tinha uma razão concreta: D. João III chamava-o para tesoureiro da Casa da Índia, numa escolha que tinha em conta a experiência de Góis na feitoria da Flandres, os conhecimentos e o horizonte largo de quem aconselhava o rei em assuntos de carácter económico, encomendava crónicas, tapeçarias e iluminuras para reis e infantes, privava com artistas e eruditos. Góis não aceitou, no entanto, o convite régio, cessando então também o cargo na feitoria da Flandres.

Nos primeiros meses de 1534 foi hóspede em Friburgo do já idoso Erasmo de Roterdão. Privou com humanistas como Glareanus, Amerbach, Dürer e Münster, partindo depois para Pádua, cuja Universidade frequentou entre 1534 e 1539. Viajou por toda a Itália e conviveu com eminentes figuras do humanismo italiano, como os cardeais Bembo e Sadoleto, o historiador e geógrafo Ramúsio. Conheceu Inácio de Loyola. Completou a sua formação em Lovaina, cujo Colégio Trilingue frequentou, e casou com Joana van Hargen, de família abastada, filha de um conselheiro flamengo da corte de Carlos V. Nesta cidade publicou em latim, que aprendeu tardiamente, os *Commentarii Rerum Gestarum in India*, em 1539, e em 1540 o erasmizante *Fides, Religio, Moresque Aethioporum sub Imperio Preciosi Joanni*, obra que lhe granjeou notoriedade nos círculos humanistas da Europa culta.

Em 1545, três anos após o cerco de Lovaina pelas tropas francesas, em cuja defesa participou tendo sido feito prisioneiro e libertado em 1543, Damião de Góis regressou a Portugal com a família, chamado por D. João III e D. Catarina para desempenhar o cargo de mestre do príncipe herdeiro, D. João (n. 1537). Nesse mesmo ano, em que em Trento se iniciavam os trabalhos do concílio ecuménico, Góis foi pela primeira vez denunciado por heterodoxia à Inquisição, estabelecida no reino em 1536, pelo P. Simão Rodrigues, seu antigo condiscípulo em Pádua, companheiro de Inácio de Loyola e primeiro provincial da Companhia de Jesus em Portugal. Este facto acabou por inviabilizar a nomeação de Góis para aquele cargo, que foi atribuído a António Pinheiro, embora sem outras consequências, dados o prestígio e as relações de Góis com o rei e altas figuras da corte, como o cardeal D. Henrique.

Em 1548, na sequência da prisão de Fernão de Pina pela Inquisição, Damião de Góis foi provido no cargo de guarda-mor da Torre do Tombo. Dispondo das fontes documentais do arquivo régio, e embora não ostentasse o cargo de cronista-mor, que pertencia a António Pinheiro, Góis foi encarregado em 1558 pelo cardeal D. Henrique de redigir a crónica do rei seu pai. Em 1566 saiu a lume a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, mal recebida em alguns círculos da mais alta nobreza portuguesa. No ano seguinte, a respectiva 1ª Parte foi reimpressa, com profundas alterações, dando Góis também à estampa a *Crónica do Príncipe D. João o Segundo do Nome*. Manteve intenso contacto epistolar com muitos correspondentes por toda a Europa, e recebia com fasto, alguma ostentação e música quem o visitava na sua casa nos paços do Castelo, em Lisboa.

Em 1571, num clima espiritual e ideológico bem diferente daquele em que pela primeira vez regressara ao reino, no já longínquo ano de 1533, sobrevivente de uma geração desaparecida, Damião de Góis foi de novo denunciado à Inquisição, acusado de heresia. Velho e doente, sem ter agora na corte quem o defendesse, Góis foi preso e sujeito a processo, acabando condenado em 1572 como hereje, luterano, pertinaz e negativo. Esteve preso de Abril de 1571 a Dezembro de 1572, em condições particularmente duras, sendo-lhe confiscados todos os bens. Morreu a 30 de Janeiro de 1574, em episódio de contornos obscuros e ainda hoje controversos, sendo sepultado na igreja de Santa Maria da Várzea, em Alenquer.

Embora já em 1532 tivesse dado à estampa, em Antuérpia, a *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis*, relativa à estadia em Portugal do embaixador etíope Mateus, em 1514, sua primeira obra impressa, o nome de Damião de Góis foi revelado ao mundo culto sobretudo com a publicação da citada obra *Fides, Religio Moresque Aethiopum*. A propósito da embaixada do rei David II a D. João III, em 1526, chefiada pelo bispo Zagazabo, Góis publicou em 1540 aquele opúsculo, onde defendia posições fiéis aos evangelismo erasmiano, considerando que certas diferenças rituais e doutrinárias do cristianismo etíope, que tanto haviam na altura escandalizado os zelosos teólogos da corte portuguesa, não podiam impedir a sua comunhão com a Igreja de Cristo. Esta obra teve amplíssima repercussão europeia, com sucessivas edições em Paris, Lovaina e Bruxelas, sendo objecto de tradução inglesa por um dos filhos de Thomas More; em Portugal, onde desde 1539 os livreiros eram compelidos a entregar as listas dos livros existentes nos seus estabelecimentos, a sua circulação foi proibida em 1541 pela Inquisição.

Na sua condição de humanista de grande audiência e de personalidade próxima da coroa, coube a Damião de Góis desempenhar o papel activo de noticiar e legitimar, na Europa, as mudanças profundas e os novos equilíbrios que decorriam da expansão portuguesa, designadamente no Oriente. Assim ocorreu com a defesa da legitimidade do monopólio português das especiarias orientais, alvo de contestação na Europa. É conhecido o episódio da edição de 1527 das *Chrysostomi Lucubrationes*, que Erasmo dedicou a D. João III, dedicatória retirada da edição de 1530, em virtude do desagrado que a sua alusão negativa ao monopólio das especiarias suscitou na corte portuguesa. Góis sustentou com o genovês Paulo Jóvio, em latim, acesa polémica em torno da matéria, atentamente seguida nos círculos humanistas. Nela, Góis dava voz às posições oficiais da coroa portuguesa, alegando que tal comércio era sobretudo um meio para levar a mensagem de Cristo até tão longínquas paragens. Em 1549, fazia publicar em Lovaina a obra *De Bello Cambaico Ultimo Commentarii Três*, sobre as vitórias de D. João de Castro no Oriente, dedicada ao infante D. Luís.

Como historiador, Damião de Góis ergueu uma obra sólida, demonstrando rigor e imparcialidade no apuramento e na exposição dos factos, nem sempre, como vimos, concitando o agrado de todos. Além disso, a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* evidenciava bem, em alguns dos seus passos, o conhecimento directo da corte e da figura do rei, que Góis soube tornar em vantagem.

A *Crónica* reflectia também, num plano mais largo, os caminhos da historiografia portuguesa do século XVI, definitivamente condicionada pela expansão marítima e pela construção do império. A conjuntura em que se desenvolveu a historiografia de Quinhentos mostrava-se favorável ao registo quase exclusivo dos sucessos de além-mar, em particular do Oriente, configurando-se um discurso progressivamente autónomo sobre a Expansão. Neste quadro, não espanta que o domínio dos factos relativos ao império seja indiscutível na economia narrativa da crónica do rei D. Manuel. Além de Góis, os maiores historiadores do século XVI, como Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Diogo do Couto, reflectem essa inflexão historiográfica, que se afirmou na confluência de um já longo processo de acumulação de materiais indispensáveis à elaboração de sínteses narrativas, e da afirmação de um discurso ideológico de celebração do processo expansionista. Até cerca de 1630 a historiografia mostrou bem este ascendente, ocupando as narrativas da presença portuguesa na Ásia cerca de 70% do total.

Curiosa mistura de humanismo e negócio, de latim e de açúcar, na lapidar expressão de António José Saraiva, Damião de Góis, num percurso de vida em que reencontramos tantos dos desafios, encruzilhadas e contradições da vida portuguesa e europeia de Quinhentos, recorta-se, sem dúvida, como uma das grandes figuras do Renascimento português, na sua face mais irradiante e cosmopolita.

Bibliografia:

BARRETO, Luís Filipe, Damião de Goes. Os caminhos de um humanista, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2002. Damião de Góis: humanista português na Europa do Renascimento, com. Científico Amadeu Torres, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002. HENRIQUES, Guilherme João Carlos, *Inéditos Goesianos*, fac-simile da edição de 1896-98, 2 vols., Arruda dos Vinhos, Arruda Editora, 2002. Hirsch, Elisabeth Feist, Damião de Góis, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian,

2002. SARAIVA, António José, História da Cultura em Portugal, vol. III, Lisboa, Jornal do Fôro, 1962. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica, vol. I, Séculos XII-XVI, Lisboa, Editorial Verbo, 1972.

Autor: Ana Isabel Buescu